

# DISCURSO DO PSD MINEIRO NA GONSTITUINTE ESTADUAL (1947) E PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1947-1951)\*

*Corina Maria Rodrigues Moreira  
Tereza Cristina de Oliveira Miranda ,  
Bacharéis em História pela UFMG*

Este estudo pretende analisar a atuação da bancada pessedista na Assembléia Estadual Constituinte (1947) e a primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-1951), através dos discursos destes deputados em plenário, objetivando a) perceber quais os interesses veiculados pelo partido; b) estabelecer a existência ou não de uma ligação ideológica destes deputados com o partido pelo qual foram eleitos; c) identificar a vinculação destes deputados a política local; d) verificar o tipo de oposição que faziam ao governo estadual, uma vez que este encontrava-se nas mãos da UDN; e) analisar qual a visão que estes deputados tinham de suas funções legislativas.

A importância de tal análise liga-se ao fato de ser este um momento singular da história política brasileira - momento da chamada redemocratização, sobrevivida da dissolução da ditadura varguista e conseqüente formação do sistema pluripartidário com base nacionais.

A opção metodológica pela utilização do "discurso" reside no fato de esta ser uma fonte inestimável para a "apreensão de um universo vivo, complexo e sutil, que traz o sabor inigualável da experiência vivida"<sup>1</sup>, sendo ele, visto aqui enquanto prática política e, portanto, visceralmente relacionado a um momento histórico determinado.

## CENTRALISMO E PRAGMATISMO: UM PARTIDO MAJORITARIO NA OPOSIÇÃO

Um fato que muito nos chamou a atenção, quando da leitura dos discursos dos deputados pessedistas em plenário, foi a sua estruturação sistemática e lógica, que geralmente obedece a uma linha diretiva básica, qual seja, a de explorar, inicialmente, aspectos mais gerais para, após esta introdução, dirigir-se, objetivamente, ao assunto que leva o deputado, naquele momento, a ocupar o plenário com seu discurso.

Esta postura é adotada como que para tornar bem clara qual a posição tomada pelo partido no interior do Poder Legislativo, demonstrando-nos a objetividade com que os deputados levantam as questões que lhes são de interesse. Discursos objetivos e bem articulados, que visam a um fim determinado e constituem o meio de efetivação da ação política destes parlamentares e que, sem dúvida, possuem a eficácia necessária para a mobilização dos setores aos quais lhes interessam atingir em sua luta pela sustentação do poder que lhes permitira a manutenção do status quo.

Verificamos, a partir daí, que os interesses veiculados pela bancada pessedista no Legislativo

mineiro, através de seus discursos, estão previamente determinados pela acolhida que terão por um público específico, ou seja, fala-se dali aquilo que aquele público espera ouvir, e fala-se com muita clareza e objetividade. E qual é este público ao qual estão destinados os discursos? Por que se está enviando a mensagem para este público determinado?

O grande interesse veiculado por estes deputados em seus discursos refere-se aos problemas municipais, e assim não poderia deixar de ser, uma vez que a própria Constituição Federal (e, por consequência, a Estadual, já que esta última está elaborada nos moldes da primeira) confere grande importância aos municípios. Além disso, a idéia corrente daquele momento e a da importância da estruturação de municípios fortes e independentes (econômica e politicamente) como base para o fortalecimento da nascente democracia brasileira, que se fundamentaria no crescimento econômico da Nação.

Por outro lado, a estruturação do poder tinha sua fundamentação nas bases de poder locais, ou seja, a própria entrada destes deputados na Assembléia Legislativa havia sido fruto das injunções de um poder local que, apesar do centralismo do regime ditatorial do período anterior, não havia perdido sua vida política própria, dando continuidade a formação de homens públicos e de confrontações políticas.

O apelo ao município possuía, portanto, um duplo significado: uma citação comum naquele tempo, em razão de creditar-se a eles importância fundamental no desenvolvimento da Nação, era deles ainda que partiam os votos que permitiriam a interferência nas esferas institucionais de (decisão, interferência esta que era de fundamental importância no processo de redemocratização do País, sendo eles os "legítimos representantes do povo mineiro" e, por isso mesmo, os condutores autorizados deste processo

Entretanto, não se fala somente dos municípios, mas para eles também. Quando os deputados fazem referências genéricas ou específicas aos municípios, significa que eles estão dando um retorno aos seus eleitores (ao menos a nível discursivo), pois eles ali estão enquanto seus representantes e de seus interesses, não podendo decepcioná-los, uma vez que deles dependem para continuar sua vida política.

Estes discursos acabam transformando-se, em última instância, em claros chamamentos eleitorais, pois, dando "feedback" aqueles que os elegeram, os deputados acabam por mostrar que não se esqueceram porque ali estão, podendo, portanto, ali continuar, defendendo os interesses de seus eleitores e de sua região.

As municipalidades são lembradas, também, e diversas vezes, em discursos de oposição ao governo estadual, e é neste momento que podemos notar um outro lado da constante referência às localidades do interior do Estado: a necessidade de manutenção do poder local ter de fundamental importância na conservação de cargos em instâncias institucionais de poder o que, por sua vez, fundamenta a fixação daquelas elites políticas no cenário local, uma vez que o intercâmbio de favores é mútuo e constante.

Assim sendo, quando se sente ameaçada em seu domínio, esta elite política corre o risco de perder não só a influência que ali possui, mas a que remete às esferas de decisões mais amplas e que, em última instância, são as que lhes permitem manter o status quo.

Desta forma, quando os deputados fazem referência aos abusos de poder que estão ocorrendo no interior em detrimento de seus correligionários, ou a modificações que o governo estadual está fazendo nos quadros administrativos municipais, preenchendo-os com partidários seus, o que os está preocupando, acima de tudo, é a perda de terreno eleitoral e, conseqüentemente, a perda de poder que daí advém.

O que podemos notar, portanto, é a dupla importância dos municípios no cenário político

que se estabelece naquele momento: uma importância atribuída - célula última sobre a qual se funda a democracia - e uma importância real - instância que lhes permite a intervenção nos meios de poder institucionais. Entretanto, esta duplicidade não é, de forma alguma, estática, uma vez que estes dois pólos interagem-se para a fundamentação de um padrão que se insurge contra o centralismo excessivo e que prega a autonomia do município contra o "federalismo hegemônico", propugnado pelo regime anterior.

Desta forma, a constante referência aos municípios enquanto fundamentadores do desenvolvimento econômico e político da Nação - dos quais estes deputados são os representantes e pelos quais são responsáveis, tendo, por isso, que lhes dar algum retorno que justifique a sua presença no Legislativo e que lhes permita arrecadar votos em algum próximo pleito, promovendo, assim, através do fortalecimento das municipalidades, o fortalecimento da própria Nação - contribui não só para a manutenção do poder, mas também para o direcionamento de seus interesses, no sentido da conservação ou da transformação.

E é neste sentido que falamos de interação da duplicidade contida nas referências às localidades, ou seja, a sua importância atribuída e real fornece o subsídio para a realização de uma proposta de autonomização dos municípios que, além de ser vista como ideal para a real democratização do País, fortalece a possibilidade de maior controle.

Porem, as bandeiras levantadas em plenário pelos deputados pessedistas não referem-se unicamente aos municípios, mas possuem, em última instância, um fundamento que as aproxima dos discursos concernentes às localidades. Referem-se a problemas enfrentados pelo funcionalismo público (principalmente os salariais), a questão do abastecimento e da melhoria de condições de vida da capital, a reclamações acerca da incidência do fisco e, como pode-se notar, a fatos específicos, que visam a determinados segmentos da sociedade e a farta colheita eleitoral que estas camadas lhes podem proporcionar. E é aí que falamos em proximidade de fundamento entre um discurso e outro, apesar de, neste último caso, isso nos parecer bem mais claro.

Continuam, portanto, a defender interesses determinados, para e por um público específico, que lhes dará o mesmo retorno que eles lhes estão dando quando se lembram e remetem-se a ele - direcionam o discurso para um público específico, do qual se colocam como porta-vozes e ao qual estão dirigindo-se no intuito de legitimar e, em certos casos, perpetuar sua presença no Legislativo.

Este constante esforço em direção a um eleitorado específico faz-se presente no decorrer de toda a Legislatura em questão, mas torna-se ainda mais evidente no 2º semestre de 1950, com a proximidade das eleições para a Presidência da República, para o Governo de Estado e para as Casas Legislativas. E se durante todo o período legislativo essa preocupação mostrar-se recorrente nos discursos referentes aos municípios e a defesa de interesses determinados, com a aproximação do pleito, a evidência acaba recaindo sobre os discursos de oposição à administração estadual.

Neste ponto, acreditamos ser importante nos de termos em uma questão de suma relevância no que tange à análise da atuação da bancada pessedista no Legislativo mineiro: qual o tipo de oposição feita por estes deputados ao Governo Estadual.

Já nos referimos à oposição levantada em torno das questões municipais e daquela advinda da aproximação das eleições, que põe na balança as atitudes tomadas pelo Poder Executivo durante a sua administração. Estas duas maneiras expressas de oposição têm claramente objetivos político-eleitorais, e referem-se basicamente a problemas políticos (política aqui vista como administração de conflitos). E é esta a oposição levada a cabo pela bancada pessedista no decorrer de toda a Legislatura em estudo: uma oposição política, e não uma oposição de princípios.

Este fato pode-se tomar bastante claro no momento em que apreendemos qual a visão que estes deputados possuíam de suas funções legislativas, do papel do Legislativo e mesmo do Executivo,

e qual o papel de uma oposição no interior deste quadro institucional. E a determinação destas funções e papéis e uma preocupação constante destes deputados, que a elas referem-se diversas vezes, como que para delimitar a posição por eles tomada, evitando, assim, a cobrança daquilo que, não tendo sido estabelecido, esta além de suas possibilidades de realização.

É assim que vemos surgir as expressões "colaboração", "construtiva", "discreção", "cooperação, palavras que nos levam ao centro da delimitação de funções e papéis por eles propostas: a Assembléia Legislativa deve cooperar com o Poder Executivo na criação de melhores condições de vida para a população através de seus deputados, que são os representantes do povo e, por isso mesmo, devem estar atentos através de uma oposição discreta, construtiva, que vise unicamente, a colaboração com o Executivo em prol do bem comum.

O Executivo é visto como o vértice dos três poderes, aquele que põe em prática as contribuições dadas pelo Legislativo - esfera onde estão representados os interesses públicos - para a efetivação do bem-estar da população.

No interior de um Legislativo tão altruísta, o papel assumido por estes deputados, enquanto oposição, não poderia ser outro senão o da colaboração - e isto é o que esta fazendo quando denuncia os atos do Executivo que, a seu ver, vão contra os interesses da população. Uma oposição discreta e tranqüila, que não agite a opinião pública em demasia, uma vez que a desordem só faz impedir a administração do bem público.

O que podemos notar, entretanto, e que, por trás desta posição colaboracionista corroborada pela função que se atribui ao Legislativo, existe a não-diferenciação de princípios entre um partido e outro (UDN e PSD), uma vez que o caminho tornado pelo Governo Estadual para a resolução dos problemas existentes não é questionado - questiona-se, sim, a forma política que esta direcionando estas resoluções. A oposição é feita quando existe ameaça de perda de poder ou possibilidade de conquistá-lo, o que transforma o Legislativo mineiro em um palco onde a disputa por posições na vida político-administrativa fica evidenciada. Não podemos nos deter com maior profundidade nesta questão, uma vez que para isto necessitaríamos de uma análise relativa também aos discursos não só dos representantes da UDN no Legislativo, mas também no Executivo mineiro, e o que aqui fizemos foi unicamente constatar o fato que nos foi transmitido pelos discursos pessedistas.

O que podemos verificar, portanto, é que a imagem construída pelos deputados pessedistas da legislatura em estudo fixa-se em torno da junção da visão que tem de seu papel enquanto legisladores e representantes de seus eleitores com a de seu papel enquanto opositores a um governo estabelecido também através do voto. Na verdade, a oposição que faziam ao governo mostrava-se claramente partidária, ou seja, opunham-se a UDN e, uma vez que o Governo do Estado estava por ela ocupada, opunham-se a ele. Mais interessante ainda é perceber que a junção destes dois papéis anteriormente descritos e que irá determinar a atuação destes deputados em plenário. Enquanto legisladores e porta-vozes dos interesses de seus eleitores, empenhados na construção de determinada realidade histórica, visando ao bem-estar coletivo, não podiam sistematizar uma oposição que viesse a obstruir as realizações de uma administração, no momento em que esta propunha benefícios para a população.

Por outro lado, contudo, não podemos nos deixar levar unicamente por aquilo que é dito pelos deputados em plenário: colocando-se enquanto defensores do bem comum, defendendo interesses bastante específicos e fazendo uma oposição centrada no âmbito político, o que estes deputados nos demonstram e que, como partido conservador que representam, partido este que propunha o equilíbrio enquanto conduta essencial da vida política, e majoritário na ocupação de funções institucionais decisórias, não necessitavam tomar atitudes mais drásticas (e nem assim queriam, uma vez que a condução da vida administrativa do Estado não lhes era de todo desagradável ou mesmo contraditória

com seus princípios liberais-conservadores), devendo preocupar-se basicamente com a manutenção ou obtenção de seus meios de interferência nas injunções políticas institucionais, o que lhes permitiria controlar, com maior eficácia, o caminho a ser tornado pela Nação naquele decisivo momento histórico.

Assim sendo, o que podemos concluir é que a linha diretiva da atuação da bancada pessedista mineira na Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, analisada através dos discursos destes deputados em plenário, e dominada por um alto tom pragmático: defendendo interesses específicos, levando a cabo uma oposição essencialmente política e conciliatória, tinha o objetivo explícito de não comprometer sua posição privilegiada de ter em mãos a condução de um processo de reestruturação do poder da maneira que mais lhes conviesse.

## NOTAS

Trabalho realizado sob financiamento do CNPq com orientação da Prof<sup>3</sup> Lucila de Almeida Neves Delgado e que faz parte de monografia apresentada no Bacharelado do Curso de História da UFMG.

## BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947; uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1989.

BASTOS, Tocary A. & Walker, T.W. Partidos e forças políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 31, p: 117-57, maio 1971. BOSCHI, Caio Cesar. O poder legislativo em Minas Gerais (1947 - 1975). *Revista do Arquivo*

*Publico Mineiro*. Belo Horizonte, v. 27, p. 61-119, 1976. CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de sociologia eleitoral*. Rio de Janeiro: Universidade de Minas

Gerais/ Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958. .... A força dos partidos e a estrutura ocupacional das chefias políticas em Minas.

*Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte, v. 4, p. 122-39; out., 1953. .... Os partidos políticos em Minas Gerais. In: II SEMINARIO DE ESTUDOS

MINEIROS, Belo Horizonte, UFMG, p.23-41, 1956. DIAS, Fernando Correia. Estado e desenvolvimento em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos*

*Políticos*. Belo Horizonte, v. 25/26, p. 111-36, jul.1968/jan.1969. DULCI, Otavio Soares; *As elites mineiras e conciliação a mineiridade como ideologia*. (Trabalho apresentado no 7<sup>a</sup> Encontro de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.)

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 3<sup>a</sup> ed.. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. FLEISCHER, David V. A bancada federal mineira; trinta anos de recrutamento político, 1945-1975.

*Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 45, p. 7-58, jul., 1977. .... *O poder legislativo em Minas Gerais; uma análise de composição sócio-econômica, recrutamento e padrões de carreira, 1947-1977*. Brasília: Universidade de Brasília,

- HIPPOLITO, Lucia. *PSD; de raposas e reformistas, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: SEMINARIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, Belo Horizonte, 1956. *Anais*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1956. p.43-91.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros; a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira, 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986. Tomo UJ. v.3.
- MONTEIRO, Norma de Góes. A revolução de 30. Vargas e sua luta pela política em Minas. In: // *Seminário sobre a Cultura Mineira (Período Contemporâneo)*. Belo Horizonte, v. 2, p. 13-37, Conselho Estadual de Cultura, 1980.
- NASSIF, Alberto Aziz. El analisis del discurso; ofício de artesanos. *Taller de investigación para la comunicacion masiva*, (s.l.), n. 16, p. 5-66, ago. 1982.(Notas introductorias para su estudio.)
- NETHOL, Ana Maria. Los mecanismos del discurso; el campo del poder y las perspectivas da particion popular. *Cadernos Comunicacao da ABEPEC*. João Pessoa, S.N., p. 11-08, 1979.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973. (Tese de mestrado em Ciência Política.)
- PICCINI, Mabel. Sobre la produccion discursiva, la comunicacion y las ideologias. *Taller de investigacion para la comunicacion*. S. 1., n. 22, p. 1-30, abr. 1983.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage & CASTRO, Claudia Cambraia Godoy. Política e partidos (1930-1986); catálogo bibliográfico e documental. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 3, p. 7-108, nov. 1986.
- ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo. Cultrix, 1977.
- SILVA, Vera Alice Cardoso & DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Tancredo Neves, a trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes/UFMG, 1985.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- WIRTH, John. Minas e a Nação; um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo IU. v.1.p.76-99.